ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

Apesar de o mercado de trabalho ter criado praticamente o mesmo número de empregos no primeiro semestre de 2005 ante o mesmo período de 2004, existem diversos aspectos dos principais indicadores agregados que merecem ser avaliados com maior atenção, como a diminuição da velocidade de geração de novas vagas quando analisados tanto os respectivos segundos trimestres, como, principalmente, os meses de julho desses dois anos.

Mesmo considerando esse arrefecimento da contratação líquida, especialmente no mês de julho — início do segundo semestre — ainda se percebe a continuação do crescimento de empregos formais em velocidade acima dos informais, caracterizando, assim, geração de empregos de maior qualidade ante o que ocorreu no mesmo período de 2004. Somado a isso, outro aspecto positivo do mercado de trabalho é a menor taxa de desemprego registrada em todos os meses deste ano, quando comparada aos mesmos meses do ano anterior.

Os rendimentos reais, que passaram ao longo de todo primeiro semestre de 2005 registrando perda de fôlego em suas taxas de variação anuais até junho, voltaram a apresentar forte crescimento mensal em julho, quebrando, assim, uma tendência que apontava para um novo período de deterioração desse indicador.

OCUPAÇÃO

Ao analisar cuidadosamente a evolução da ocupação, apesar de o primeiro semestre de 2005 ter se encerrado com uma criação líquida de empregos praticamente idêntica à observada no mesmo período de 2004, houve, nos meses de junho e julho últimos, um claro arrefecimento na evolução desse indicador: após os 242 mil novos empregos registrados em maio, os meses de junho e julho apresentaram criação de 10 mil e perda de 18 mil vagas, respectivamente. De fato, esse menor crescimento da ocupação fica bem claro quando se compara o que ocorreu este ano com o verificado nos mesmos meses de 2004, quando houve a criação de 83 mil vagas em junho e de 184 mil em julho. Dessa forma, reduziu-se a diferença entre as curvas anuais de evolução da ocupação, como aponta o Gráfico 1, tendo — no acumulado em 12 meses — caído de 647 mil novas vagas em junho para 445 mil em julho, marcando o menor fluxo em 12 meses desde março de 2004 (Gráfico 2). Essa queda fez com que a variação percentual anual da ocupação também baixasse de 3,4% em junho para 2,3% no mês seguinte.

Quanto à evolução da ocupação por região metropolitana não há qualquer padrão estabelecido de crescimento. Em especial, o Rio de Janeiro foi a região que mostrou a maior diferença na criação de vagas, ao comparar o acumulado de 2005 com o de 2004. Enquanto no ano passado, até o mês de julho, essa região foi responsável pela geração líquida de 162 mil empregos, no mesmo período de 2005, apenas 10 mil vagas foram abertas, fazendo com que a variação anual da ocupação do Rio de Janeiro, que estava em 1% em julho de 2004, passasse para –0,1% em julho deste ano. A região metropolitana de Belo Horizonte foi a segunda maior em termos de diferença de desempenho na comparação dos acumulados dos dois anos: em 2004, 48 mil vagas foram abertas nessa região, enquanto neste ano apenas 5 mil empregos foram criados.

GRÁFICO 1

PME/IBGE: NÍVEL DE OCUPAÇÃO

[em mil]

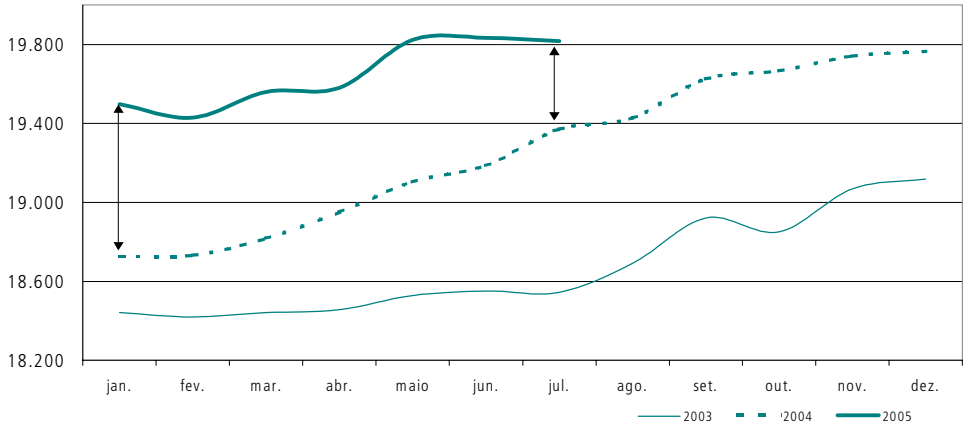
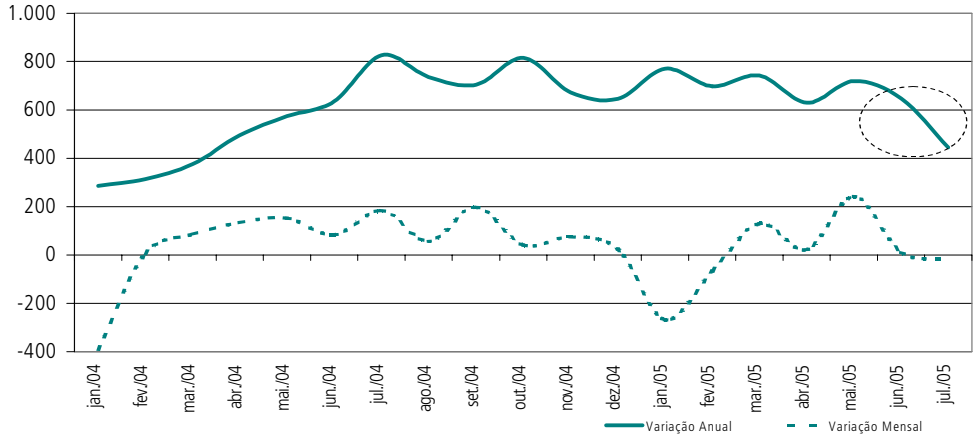


GRÁFICO 2

PME/IBGE: VARIAÇÃO ABSOLUTA DA OCUPAÇÃO

[em mil]



Apesar de mostrar menor crescimento de empregos em 2005, até julho, São Paulo registrou um saldo líquido de criação de vagas (26 mil) no primeiro semestre deste ano, que se compara positivamente com a queda de 28 mil havida no mesmo período de 2004. Todavia, o fraco desempenho de crescimento da ocupação em julho último (24 mil) — ante a criação de 89 mil em julho do ano passado — fez com que fosse registrado, no acumulado de 2005, uma geração líquida de empregos abaixo da observada no mesmo período de 2004.

As regiões de Recife e Salvador registraram comportamentos muito similares, porém em direções opostas, na comparação entre os acumulados de 2004 e 2005, até julho. A primeira região perdeu 21 mil vagas tanto em 2004 quanto em 2005, enquanto a segunda ganhou mais 7 mil vagas também nos dois períodos. A região metropolitana de Porto Alegre foi a única onde, no acumulado deste ano, o fluxo de novos empregos foi superior ao do mesmo período do ano passado, marcando uma diferença de 5 mil novas ocupações.

A ocupação por setor de atividade também demonstrou, ao longo de 2005, até julho, um comportamento bastante distinto do ocorrido no mesmo período de 2004. Os setores

TABELA 1
PME/IBGE: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO POR REGIÃO METROPOLITANA
[em %]

Períodos	Rio de Janeiro		São Paulo		Porto Alegre		Belo Horizonte		Recife		Salvador		Total	
	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior
1º Trim. 2004	–0,6	0,7	–1,4	2,8	–2,3	0,9	–1,5	3,5	–2,4	–1,3	–1,5	0,9	–1,3	1,8
2º Trim. 2004	1,8	1,7	1,8	4,4	1,3	1,7	2,5	4,0	1,5	1,9	0,7	1,6	1,7	3,1
Jul./2004	1,0	2,8	1,1	5,5	0,6	4,0	0,5	7,0	0,6	0,6	1,3	4,6	1,0	4,5
1º Trim. 2005	–0,3	3,0	–0,6	5,0	–2,6	2,5	–3,1	2,9	–2,6	1,5	–1,3	6,1	–1,2	3,9
2º Trim. 2005	–0,3	0,9	1,5	4,8	3,1	4,4	3,6	4,0	1,5	1,6	–0,1	5,2	1,3	3,5
Jul./2005	–0,1	0,0	0,3	3,3	–0,2	3,5	–1,6	2,0	–0,9	1,5	0,8	4,5	–0,1	2,3

de administração pública[1] e de serviços domésticos foram os únicos que registraram criação líquida de vagas no acumulado de 2005. Desses dois setores, administração pública gerou 141 mil empregos de janeiro a julho de 2005 e 160 mil no mesmo período de 2004. Apenas o setor de serviços domésticos criou mais empregos (94 mil) no acumulado deste ano que no anterior (64 mil), sendo ainda o setor que está crescendo mais fortemente — variação percentual anual de dois dígitos e em aceleração por quatro meses consecutivos. O setor de comércio, apesar de ter perdido 28 mil vagas até julho último, extinguiu menos empregos neste ano que de janeiro a julho de 2004 (quando 151 mil postos foram eliminados).

Por outro lado, a construção civil sofreu maior perda da ocupação no acumulado deste ano (–118 mil) do que no ano anterior (–83 mil). Só no mês de julho de 2005 esse setor extinguiu mais de 64 mil empregos, ante a perda de 26 mil ocupações no mesmo mês do ano passado. Outro setor que demonstra pior desempenho de criação de vagas em 2005 é a indústria de transformação: enquanto até julho do ano passado haviam sido criados quase 105 mil empregos, este ano pouco mais de mil vagas foram extintas. O mês de julho, em

TABELA 2
PME/IBGE: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE
[em %]

Períodos	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços a Empresas		Administração Pública		Serviços Domésticos		Total	
	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior	Período Anterior	Período Ano Anterior
1º Trim. 2004	–1,4	1,2	3,3	0,9	–1,0	0,7	–2,1	3,6	–2,9	1,5	0,5	4,5	–1,2	1,8
2º Trim. 2004	3,0	2,5	–4,5	–3,1	0,3	3,3	4,2	4,8	3,6	4,2	3,7	3,8	–1,1	3,1
Jul./2004	1,9	5,7	–1,9	–3,7	–0,6	3,2	1,2	8,8	1,3	6,7	0,6	4,4	0,9	4,8
1º Trim. 2005	–1,4	5,5	–2,3	–0,6	0,7	2,1	–1,2	7,7	0,4	2,7	–1,4	9,0	–1,1	4,0
2º Trim. 2005	0,5	2,9	0,8	4,8	0,0	1,8	–1,4	1,9	4,4	3,5	5,7	11,0	1,3	3,6
Jul./2005	–1,1	1,5	–4,5	2,5	1,4	2,2	1,5	0,0	–1,4	–0,6	1,6	13,0	–0,1	2,3

1. Inclui também saúde, educação, seguridade social e defesa e serviços sociais.

especial, marcou o setor pela perda de quase 40 mil vagas, um contraste altamente significativo com o ocorrido em 2004, nesse mesmo mês (+63 mil).

Considerando ainda o emprego industrial, os dados de janeiro a junho de 2005 da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentam quatro meses de redução da ocupação. Em termos de sua movimentação, apenas ao longo do segundo trimestre, depois de uma variação mensal positiva em abril (0,6%), em vez de continuar na mesma direção, o que seria de se esperar dadas as suas características sazonais, esse indicador ficou estável em maio e caiu 0,6% em junho, indicando evolução similar à apresentada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Já no fluxo acumulado em 12 meses, depois de uma aceleração contínua desde março de 2004, há praticamente uma estabilidade nos últimos três meses (abril/maio/junho) em suas taxas de variação anual.

Analisando a ocupação pelos diferentes vínculos do trabalho, ainda permanece o movimento de crescimento anual de empregos formais em velocidade acima dos informais. Considerando apenas o setor privado, os empregos com carteira crescem mais rapidamente que os sem carteira há seis meses consecutivos. Porém, depois de crescer de forma acelerada desde fevereiro (sua variação anual atingiu 7,1% em maio, a maior taxa de crescimento da série da nova PME), a variação dos empregos com carteira perdeu um pouco de fôlego nos

GRÁFICO 3

PME/IBGE: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO SEGUNDO VÍNCULOS DO TRABALHO — SETOR PRIVADO E TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA

[variação em 12 meses (%)]

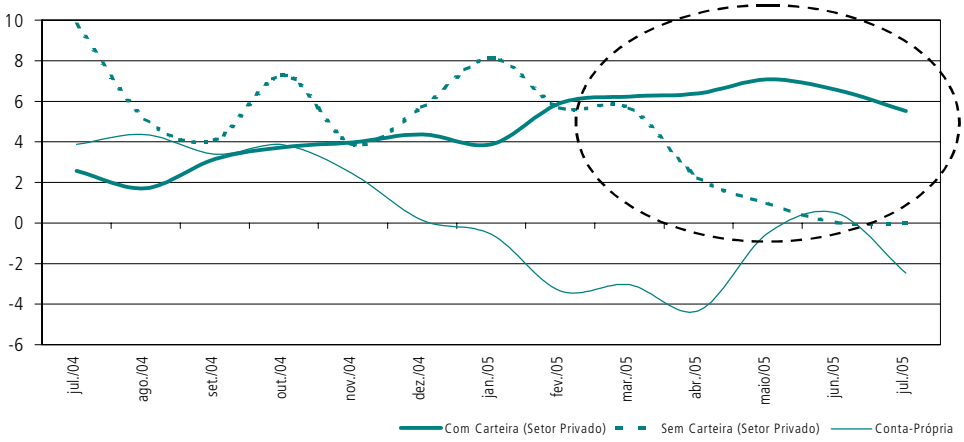


TABELA 3

PME/IBGE: VARIAÇÃO ABSOLUTA DA OCUPAÇÃO POR VÍNCULOS DO TRABALHO

[em mil]

Períodos	Com Carteira	Sem Carteira	RJU	Conta-Própria	Total[a]
1º Trim. 2004	–48	–192	–45	42	–302
2º Trim. 2004	141	226	52	–155	370
Jul./2004	17	20	61	103	184
1º Trim. 2005	126	–258	6	–84	–205
2º Trim. 2005	181	127	–23	–17	274
Jul./2005	–52	7	37	–11	–18

[a] Nível de ocupação contando com trabalhadores não-remunerados e empregadores.

meses de junho (passando para 6,6% em 12 meses) e julho (5,5%). Paralelamente, os empregos informais, que vinham apresentando desaceleração de crescimento anual desde fevereiro deste ano, permaneceram estáveis por dois meses seguidos.

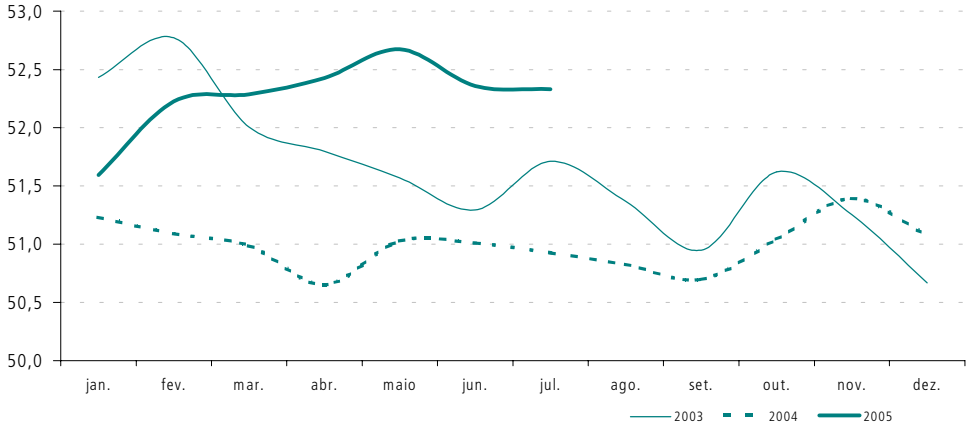
Esse movimento levou, no setor privado, à continuação do crescimento do grau de formalidade, o que não ocorre quando é incorporado na análise o contingente de trabalhadores por conta própria, cujo número cresceu em junho (único mês de alta nos sete primeiros meses de 2005), e o setor público, em função da queda, no mesmo mês, de 40 mil postos de trabalho no contingente de militares e trabalhadores sob o Regime Jurídico Único (RJU). Com isso, em junho houve um recuo no processo de elevação do grau de formalidade do mercado de trabalho quando todos os setores são levados em conta, como pode ser visto no Gráfico 4, que considera o setor privado, o governo, os trabalhadores domésticos e aqueles por conta própria. O grau de formalidade,[2] que havia crescido de 51,6% para 52,7% no período de janeiro a maio deste ano, sofreu em junho uma leve queda (para 52,4%), mantendo-se praticamente estável em julho.

Ao considerar os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), enquanto no primeiro trimestre de 2005 foram criados 292 mil postos de trabalho protegidos, ante a criação líquida de 347 mil no mesmo período de 2004, houve crescimento da ocupação formal em número similar nos segundos trimestres dos respectivos anos — 687 mil em 2004 e 674 mil em 2005. Entretanto, dado o pior desempenho na evolução da geração de empregos no início deste ano e também, posteriormente, em julho (quase a metade do observado no mesmo mês de 2004), o número acumulado de empregos formais no ano está em nível abaixo do verificado (1,08 milhão) no mesmo período de 2004 (1,24 milhão). Já no acumulado em 12 meses findos em julho, o número de novos empregos protegidos está em 1,37 milhão, o que, mesmo representando desaceleração pelo terceiro mês consecutivo, ainda se mostra acima do fluxo registrado no mesmo período de 2004 (1,28 milhão).

De volta à análise dos dados da PME, agora com o foco nas características do trabalhador, a participação dos homens no contingente de ocupados caiu de 56,6% em janeiro deste ano para 56% em julho. Tal movimento demonstra claramente a continuidade da tendência de queda dessa participação, já que em janeiro de 2004 os homens representavam 57,1% do total dos ocupados.

GRÁFICO 4

PME/IBGE: GRAU DE FORMALIDADE



2. É conceituada aqui como grau de formalidade do mercado de trabalho a soma dos trabalhadores com carteira assinada, militares e RJU (estatutários), dividida pelo total da ocupação.

Em relação à ocupação desagregada por grupos de idade, há uma notável diferença na evolução da mesma na comparação entre os acumulados de 2005 e 2004. Em 2004, apenas o contingente com idade de 10 a 14 anos tinha perdido vagas (37 mil), em termos líquidos. Já no mesmo período de 2005, outros contingentes passaram a sentir também a perda líquida de ocupações. O grupo de 10 a 14 anos de idade teve, porém, um número menor de perda líquida de vagas (6 mil), enquanto o contingente de 15 a 17 anos, que ganhou 31 mil vagas no período de janeiro a julho de 2004, passou a perder 66 mil no mesmo período de 2005. Enquanto isso, o grupo com 18 a 24 anos de idade sofreu uma queda de 147 mil empregos de janeiro a julho de 2005, ante o ganho de 5 mil no mesmo período de 2004.

Assim, no acumulado de 2005, apenas a expansão dos contingentes de pessoas com 25 a 49 anos e de 50 anos ou mais de idade continuou a ocorrer. Porém, o grupo de pessoas com 25 a 49 anos de idade foi o que teve o desempenho mais positivo em 2005 (+164 mil pessoas) diante do mesmo período de 2004 (+13 mil).

Outra desagregação que vem revelando aspectos importantes do mercado de trabalho é a evolução da ocupação segundo os diferentes graus de escolaridade. A primeira característica relevante da distinta evolução dessa desagregação da ocupação é notada quando se analisa a variação do contingente de ocupados sem instrução e com até um ano de estudo. Enquanto uma parcela de 10 mil pessoas desse contingente ainda conseguiu ser absorvida pelo mercado de trabalho de janeiro a julho de 2004, no acumulado de 2005 houve uma queda líquida de 53 mil ocupações.

Isso demonstra a crescente dificuldade das pessoas sem ou com pouca instrução de arrumarem emprego, dada a maior competição por uma vaga de trabalho. Por outro lado, as pessoas que possuem maior grau de escolaridade são, cada vez mais, as que mais se beneficiam com o crescimento da ocupação, haja vista o maior número relativo de entrantes desse contingente no mercado de trabalho no total da ocupação, comparando-se o acumulado deste ano e o de 2004, até julho.

Ao analisar os movimentos da ocupação, tanto por escolaridade quanto pelos grupos de idade, percebe-se, claramente, o aumento da competição por uma vaga, pois, com a desaceleração do mercado de trabalho este ano, os que mais foram beneficiados com a abertura de vagas são as pessoas que têm maior grau de escolaridade e aquelas que, *grosso modo*, têm mais tempo de experiência de trabalho,[3] ou seja, as pessoas que têm mais qualificação.

TABELA 4
PME/IBGE: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO POR ESCOLARIDADE

Períodos	Variação	Sem Instrução e menos de 1 Ano	1 a 3 Anos	4 a 7 Anos	8 a 10 Anos	11 Anos ou mais	Total[a]
Acumulado/2004	Absoluta (Mil)	10	–92	–84	–3	411	242
	Percentual	10,0	–7,5	–1,8	–0,1	4,6	1,3
Acumulado/2005	Absoluta (Mil)	–53	–60	–91	–54	297	39
	Percentual	–10,1	–5,2	–2,0	–1,5	3,1	0,2

[a] A diferença no total da variação da ocupação se dá pela existência de *missing*.

3. Conjectura-se aqui como mais tempo de experiência de trabalho a maior idade das pessoas.

DESEMPREGO

Um fator bastante positivo no mercado de trabalho tem sido a evolução da taxa de desemprego que permaneceu ao longo de 2005 em patamares bem inferiores aos registrados nos mesmos meses de 2004, alcançando em junho último o menor patamar da nova PME (9,4%) e ficando estável em julho. A taxa de desemprego média de janeiro a julho de 2005 foi de 10,2%, enquanto no mesmo período de 2004 essa média ficou em 12,1%. Não obstante essa evolução positiva, é importante monitorar os próximos movimentos da taxa de desemprego no segundo semestre deste ano, pois, ao se analisarem as curvas da taxa de desemprego nos sete primeiros meses de 2004 e 2005, delineadas no Gráfico 5, percebe-se que a evolução das mesmas, desconsiderando-se as diferenças de nível, é bastante similar. Existem dúvidas, porém, quanto à continuidade desse padrão de comportamento no futuro próximo.

De fato, uma das características do mercado de trabalho nos últimos dois meses foi a relativa estagnação havida na demanda por mão-de-obra. Nesse contexto, a queda da taxa de desemprego se deu, em grande parte, em função da saída de pessoas da População Economicamente Ativa (PEA), com a queda da taxa de participação (Gráfico 6) contribuindo — de maneira decisiva — para a redução ocorrida no indicador de desocupação.

Nos meses de junho e julho de 2005 a PEA sofreu perda de 188 mil pessoas, movimento inesperado e desempenho muito inferior à entrada de 53 mil pessoas nos mesmos meses de 2004. Uma possível hipótese para o menor dinamismo da PEA em 2005 é a própria melhoria das condições de emprego e remuneração, observada de 2004 para 2005, que operou no sentido de atenuar o impulso de membros secundários das famílias a também procurarem o mercado de trabalho. Com a saída de pessoas da PEA nos dois últimos meses, a variação em 12 meses desse contingente caiu para 0,3% em julho, apresentando a menor variação da série histórica da nova PME, bem inferior aos 2,6% anuais do mesmo mês de 2004.

Ao longo de 2003 e início de 2004, esse fato ocorreu no sentido oposto, quando a deterioração acentuada dos rendimentos e a dificuldade para se arrumar um emprego foram os fatores mais plausíveis para explicar o forte crescimento da PEA no período. Em relação aos próximos movimentos da PEA, e considerando o baixo patamar atual da taxa de participação, é possível que haja nos próximos meses um número considerável de pessoas voltando

GRÁFICO 5
PME/IBGE: TAXA DE DESEMPREGO
[em %]

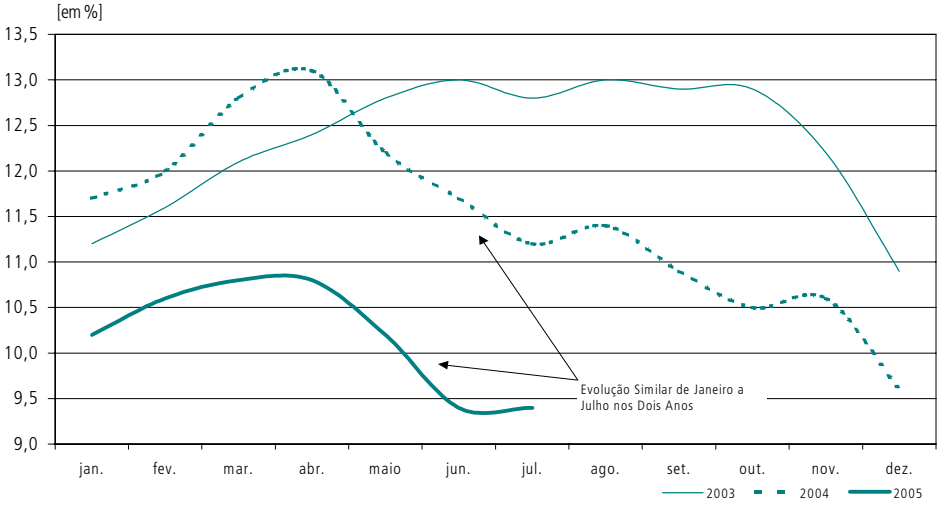


GRÁFICO 6

PME/IBGE: TAXAS DE PARTICIPAÇÃO

[em %]

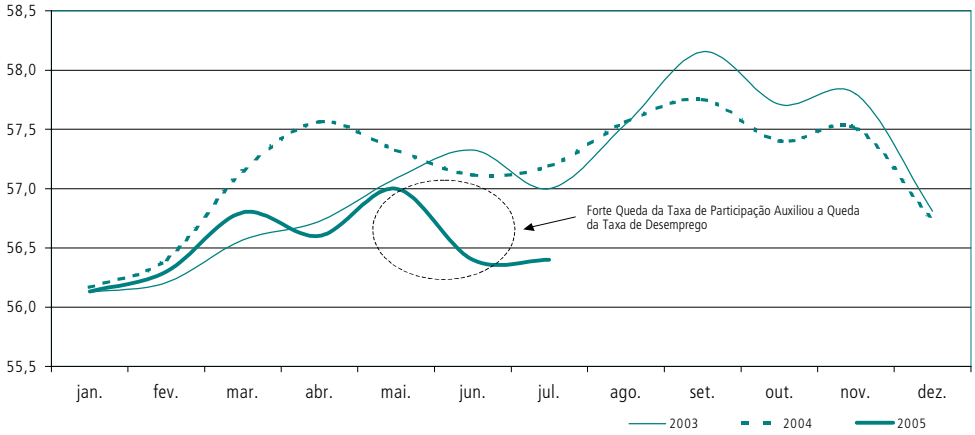


TABELA 5

PME/IBGE: PIA, PEA E OCUPADOS — TAXAS DE VARIAÇÃO EM 12 MESES

[em %]

Períodos	PIA	PEA	Ocupados				
			Total	Empregados do Setor Público	Empregados do Setor Privado		Conta-Própria
					Com Carteira	Sem Carteira	
Jan./2004	2,0	2,1	1,5	–2,8	–0,4	2,9	9,3
Fev./2004	1,8	2,2	1,7	0,1	–1,7	4,9	8,9
Mar./2004	1,8	2,8	2,0	0,6	0,4	0,8	10,3
Abr./ 2004	1,9	3,4	2,7	–0,5	0,9	4,9	6,9
Maio/2004	1,9	2,4	3,1	2,3	2,0	6,3	4,0
Jun./2004	2,3	2,0	3,4	1,5	3,4	8,8	2,1
Jul./2004	2,3	2,6	4,5	5,9	2,6	9,8	3,9
Ago./2004	1,9	2,0	3,9	7,7	1,7	5,1	4,4
Set./2004	2,0	1,3	3,7	2,6	3,2	4,1	3,4
Out./2004	2,0	1,5	4,3	1,0	3,7	7,3	3,9
Nov./2004	2,3	1,8	3,5	0,6	4,0	3,9	2,4
Dez./2004	2,1	1,9	3,4	0,3	4,4	5,7	0,1
Jan./2005	2,4	2,4	4,1	3,7	3,9	8,1	–0,6
Fev./2005	2,3	2,1	3,7	3,2	5,9	5,7	–3,3
Mar./2005	2,3	1,7	3,9	5,1	6,2	5,7	–3,0
Abr./2005	2,3	0,7	3,3	5,0	6,4	2,2	–4,3
Maio/2005	2,0	1,4	3,8	2,7	7,1	1,0	–0,5
Jun./2005	1,9	0,7	3,4	1,4	6,6	0,0	0,5
Jul./2005	1,8	0,3	2,3	–0,8	5,5	0,0	–2,5

a buscar o mercado de trabalho, dificultando a continuidade da queda da taxa de desemprego no mesmo ritmo dos últimos meses.

RENDIMENTOS

A recomposição dos rendimentos médios reais habitualmente recebidos vinha ao longo do primeiro semestre de 2005 perdendo fôlego, até atingir novamente uma variação anual negativa (–0,3%), fato que não ocorria desde agosto de 2004. Entretanto, houve uma quebra dessa tendência, em função do crescimento mensal de 1,5% e 2,5% nos meses de junho e julho deste ano, respectivamente, o que trouxe a variação anual novamente para o terreno positivo (1,6%). Assim, os rendimentos reais atingiram, em julho, o seu maior nível (R$ 968,30) desde fevereiro de 2003.

A evolução favorável da inflação tem sido, sem sombra de dúvida, um grande fator a influenciar os movimentos dos rendimentos reais. Mas, por outro lado, percebe-se a existência de outro movimento que, de certa forma, tem dificultado um maior crescimento dos rendimentos médios reais, com a contratação de pessoas, em sua grande maioria, com salários abaixo da média, apesar dos níveis crescentes de escolaridade que exibem.

Isso tem ocorrido dada a maior seletividade do mercado de trabalho, em que as instituições que procuram contratar mão-de-obra acabam por escolher pessoas com mais escolaridade do que inicialmente demandavam, dada a grande quantidade de candidatos. Para

GRÁFICO 7
PME/IBGE: RENDIMENTOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS
[em R$ de julho de 2005]

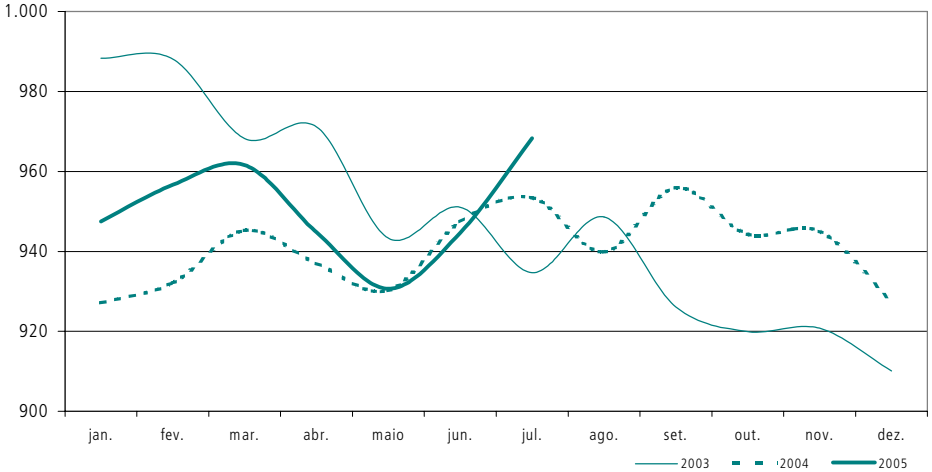


TABELA 6
CAGED/MTE: MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
[variação absoluta em 12 meses terminados em julho de 2005]

Salários Mínimos	Admitidos	Desligados	Saldo	Salários Mínimos	Admitidos	Desligados	Saldo
Até 0,5	52.317	39.385	12.932	5,01 a 7,0	188.923	254.787	–65.864,0
0,51 a 1,0	858.181	645.945	212.236	7,01 a 10,0	117.236	158.272	–41.036,0
1,01 a 1,5	4.804.791	3.863.632	941.159	10,01 a 15,0	63.852	90.533	–26.681,0
1,51 a 2,0	2.876.801	2.482.201	394.600	15,01 a 20,0	26.078	35.869	–9.791,0
2,01 a 3,0	2.079.174	2.026.158	53.016	Mais de 20,0	29.408	49.088	–19.680,0
3,01 a 4,0	556.013	594.426	–38.413,0	Ignorado	70.767	61.076	9.691
4,01 a 5,0	231.119	282.925	–51.806,0	Total	11.954.660	10.584.297	1.370.363

demonstrar tal comportamento, foram usados os dados do Caged relativos às contratações líquidas com rendimentos em salários mínimos (SMs). Conforme mostra a Tabela 6, somente tem havido contratação líquida, nos últimos 12 meses terminados em julho, para empregos formais com remuneração de 1 a 3 SMs, não havendo qualquer criação líquida de vagas com remuneração acima de 3 SMs.

Ao analisar o comportamento dos rendimentos reais habituais pelos diferentes setores e posições na ocupação, nota-se, também, um movimento distinto entre eles. Os rendimentos dos trabalhadores do setor privado com carteira, o qual tem absorvido número crescente de mão-de-obra, registraram taxas negativas anuais em todos os meses de 2005 — a explicação para isso novamente pode ser dada pela grande concorrência existente no mercado de trabalho, como dito anteriormente.

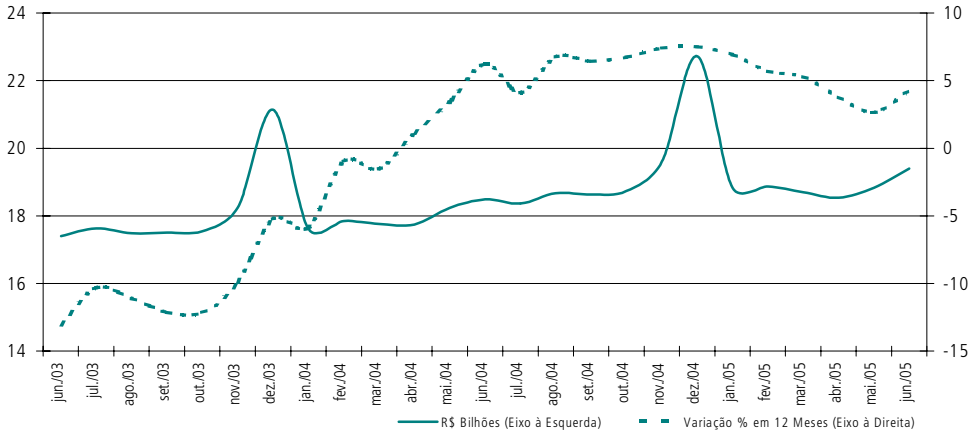
Por outro lado, os rendimentos do setor público mostram taxas anuais de crescimento em aceleração pelo terceiro mês seguido. Ainda que sem elementos concretos para uma afirmação mais fundamentada, os movimentos de sentido contrário do setor público (+4,3%) e dos empregados com carteira do setor privado (–1%) podem estar tendo o mesmo tipo de origem, porém em direções opostas: uma mudança na composição dos respectivos contingentes, com maior crescimento do número de trabalhadores melhor remunerados do setor público, enquanto o inverso ocorre no setor privado. Ou seja, as contratações dos últimos meses do setor público estariam ocorrendo em níveis remuneratórios mais altos, enquanto a maioria das novas vagas com carteira do setor privado estaria se dando com remunerações mais baixas que a média preexistente.

TABELA 7
PME/IBGE: RENDIMENTOS MÉDIOS HABITUALMENTE RECEBIDOS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO — VARIAÇÃO EM 12 MESES
[em %]

Meses	Ocupados				
	Total	Setor Público	Setor Privado		Conta-Própria
			Com Carteira	Sem Carteira	
Jun./2004	–0,4	–2,9	1,1	4,0	–2,5
Jul./2004	2,0	–1,2	2,9	1,1	–2,3
Ago./2004	–0,9	–1,8	–0,9	–2,9	–0,2
Set./2004	3,2	1,2	2,1	0,0	0,0
Out./2004	2,6	0,5	1,6	–1,5	6,4
Nov./2004	2,6	0,2	0,2	4,4	3,9
Dez./2004	1,9	2,5	0,1	4,9	0,7
Jan./2005	2,2	4,1	–1,3	9,6	–1,1
Fev./2005	2,6	7,1	–1,4	8,0	1,6
Mar./2005	1,7	3,7	–0,8	6,4	–2,6
Abr./2005	0,8	4,5	–2,6	4,0	–2,9
Maio/2005	0,0	2,6	–1,7	–2,6	–4,2
Jun./2005	–0,3	3,3	–2,0	0,0	–0,9
Jul./2005	1,6	4,3	–1,0	3,8	0,7

GRÁFICO 8

PME/IBGE: MASSA SALARIAL EFETIVA



Em relação à evolução da massa salarial efetiva, depois de ter alcançado a maior variação anual (7,5%) da série histórica da nova PME, esse indicador veio perdendo força até registrar em maio crescimento de apenas 2,7%. No entanto, o mês de junho mostrou quebra dessa tendência de arrefecimento, elevando o crescimento anual para 4,3%. Dados os movimentos de julho nos rendimentos reais habitualmente recebidos, acredita-se que o aumento da massa salarial poderá permanecer pelo menos nos mesmos moldes do mês de junho, ou ainda evoluir com maior intensidade.

PERSPECTIVAS

Os números recentes do mercado de trabalho não permitem esperar que seu desempenho este ano supere, ou mesmo seja capaz de igualar, o verificado em 2004. Para que isso aconteça, a resposta da economia e da demanda por mão-de-obra à melhoria dos custos de financiamento (produção, consumo e investimentos) teria de ser mais rápida do que é legítimo se esperar, embora não esteja descartada a ocorrência de um processo de aquecimento, com crescimento mais significativo da ocupação, tanto em razão de fatores sazonais como em decorrência da esperada queda das taxas de juros. No entanto, no que se refere à qualidade dos vínculos empregatícios, o possível aumento da ocupação deverá dar continuidade à melhoria do grau de formalização do mercado de trabalho.

Em relação à taxa de desemprego, a perspectiva continua sendo fechar o ano com um número de um dígito inferior ao observado em dezembro de 2004, embora não se possa apostar na continuação de sua queda no mesmo ritmo ocorrido no primeiro semestre, pelas razões já explicadas.

O que parece ser mais garantido, na medida em que a inflação permaneça nos baixos níveis hoje vigentes, é o processo de recomposição dos rendimentos médios reais, o qual, junto com as perspectivas de aquecimento da demanda por mão-de-obra, poderá dar sustentação, nos próximos meses, a um aumento da massa salarial superior aos 4,3% observados em junho último.